

Resenha crítica de verbete

NELSON, Julie Anne. *Feminist Economics*. In: VERNENGO, Matias; CALDENTEY, Esteban Perez; ROSSER JR., John Barkley (Eds.). *The New Palgrave Dictionary of Economics*. London: Palgrave Macmillan, 2008. 6p.

DOI: <https://dx.doi.org/10.26694/1517-6258.888> Kellen Carvalho de Sousa Brito¹

Recebido em 31/12/2020. Aceito em 3/4/2021.

O verbete “*Feminist Economics*” (Economia Feminista), escrito por Julie Anne Nelson para o *The New Palgrave Dictionary of Economics*, é uma reduzida, mas importante compilação de informações sobre esse campo de estudo das Ciências Econômicas que ainda não havia tido tradução (livre) do inglês para o português. Desta forma, nesta resenha, ao mesmo tempo em que se propõe estimular o debate crítico, facilita-se o acesso ao texto às pessoas interessadas no tema via superação da barreira linguística. O dicionário encontra-se na sua terceira edição, lançada em 2018 (sendo a primeira em 1987 e a segunda em 2008), na qual o termo “*Feminist Economics*” foi publicado. Conta com mais de três mil verbetes, que apresentam não apenas conceitos, mas também contextualizações teóricas e históricas de suas palavras e expressões.

Julie Anne Nelson inicia conceituando Economia Feminista como um campo de estudo das Ciências Econômicas que vem continuamente se desenvolvendo desde a década de 1970, tanto com o objetivo de estudar os papéis de gênero na Economia, quanto de criticar os métodos e conteúdos próprios desta área do conhecimento. A partir do entendimento da existência de vieses subjetivos dentro de tópicos e métodos utilizados pela Ciência Econômica para realizar pesquisas, a Economia Feminista mostra como foram comprometidas sua confiabilidade e objetividade, propondo, então, alternativas mais apropriadas (NELSON, 2008).

No entanto, apesar de ser um campo organizado de conhecimento das Ciências Econômicas que existe formalmente desde a década de 1990 – com o surgimento da Associação Internacional para Economia Feminista, em 1992, e de sua revista, *Feminist Economics*, como descrito no verbete de Nelson (2008) no tópico “A Formação de um Campo” –, não há registro deste verbete em dicionários brasileiros de Ciências Econômicas.

¹ Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professora do Departamento de Ciências Econômicas da UFPI. Pesquisadora em Economia Feminista e coordenadora do Projeto de Extensão “Feminismos Econômicos”.

E-mail: kellenbrito@ufpi.edu.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3648-3983>

Iniciando com as origens da Economia Feminista, passando pela crítica à economia *mainstream*, a questão do trabalho da mulher, a macroeconomia, o ensino da Economia e outras preocupações, o verbete apresenta os trabalhos pioneiros e mais relevantes para a construção dessa área, como os de Marianne Ferber (FERBER; NELSON, 1993, 2003), Diana Strassmann (1995), Diane Elson (1991), Nancy Folbre (1991, 1994), Heidi Hartmann (1976) e a própria autora, Julie Nelson (1995, 2005), dentre outras.

Nelson, juntamente com Ferber, foram as responsáveis pela publicação do primeiro livro de Economia Feminista, intitulado “*Beyond Economic Man: feminist theory and economics*” (FERBER; NELSON, 1993). O livro contém diversos artigos sobre a temática da Economia Feminista e é pautado na lógica de que a Economia não pode tratar apenas dos mercados, mas de todas as esferas de produção e reprodução da vida. Somente assim as Ciências Econômicas poderiam explicar, de fato, os fenômenos do mundo real. De acordo com Nelson (2008, p. 3), a “economia *mainstream* [da corrente dominante] foi questionada não porque ela era muito objetiva, mas porque ela não era objetiva o suficiente”.

No primeiro tópico do verbete, intitulado “As Origens da Economia Feminista”, Nelson (2008) aponta como as mulheres sempre foram inseridas dentro das atividades familiares, sendo essa questão invisibilizada pela economia neoclássica. A lógica da teoria econômica tradicional entendia que a família era chefiada e conduzida pela figura masculina e que a oferta de trabalho e as decisões de consumo da família eram por ele determinadas. Na teoria do consumidor, essa família teria um único nível de utilidade e tudo que era realizado dentro do ambiente doméstico era classificado como lazer, ou seja, o oposto do trabalho que era realizado fora (NELSON, 2008). Essa concepção dominou o pensamento econômico até a década de 1970, quando se apresentaram estudos que desafiaram esses padrões.

A autora mostra que, até 1960, frequentemente os estudos em Economia defendiam os papéis de gênero dentro das famílias, bem como as diferenciações de remuneração e cargos de trabalho para as mulheres. As diferenças “inatas” de gostos e habilidades foram utilizadas para argumentar em favor da distinção no mercado de trabalho e o “raciocínio circular foi usado: os ganhos femininos no mercado foram usados para explicar sua especialização em trabalho doméstico, e as responsabilidades domésticas das mulheres foram usadas para justificar seus menores ganhos no mercado” (NELSON, 2008, p. 2).

Nesse sentido, a Economia Feminista surge também como forma de destacar que as diferenças biológicas entre os sexos são utilizadas como forma de realizar uma construção social baseada no sexo que reflete estereótipos falaciosos e restrições sociais rígidas, “justificando” e “fundamentando” as distinções no trabalho doméstico e no mercado de trabalho.

Nelson (2008) destaca que os anos 1960 e 1970 são marcados pelo fim de restrições legais e normas sociais que limitavam as escolhas das mulheres a respeito de sua formação educacional e atuação profissional, permitindo a elas ocuparem cargos que até então eram ocupados unicamente por homens. Essas mudanças sociais possibilitaram a ampliação das pesquisas científicas em Economia, principalmente no que tange à igualdade salarial, *status* econômico e políticas de equidade de gênero. Assim, a autora finaliza afirmando que o “reconhecimento da importância de crenças sociais e de estruturas de poder na criação de resultados econômicos de gênero permaneceu a marca da economia feminista” (NELSON, 2008, p. 2).

No segundo tópico do verbete, chamado de “A Crítica à Economia *Mainstream*”, o destaque é dado às questões do que é chamado hoje de “androcentrismo” das Ciências Econômicas. Nelson (2008) chama de viés *masculinista*, que significa, em linhas gerais, que a economia estuda essencialmente fenômenos ligados ao homem e suas atribuições socialmente definidas. A exclusão das mulheres e de suas experiências teria levado, no final dos anos 1980, a uma crítica mais complexa dos modelos predominantemente matemáticos e econométricos, baseados nas teorias de escolha racional do “*homo economicus*”.

Uma característica que a autora deixa claro sobre a Economia Feminista é a questão relativa à manutenção de ferramentas tradicionais por uma parte das autoras do campo, enquanto outras se dedicam a inovar na construção de novos modelos e métodos que fogem da Economia *mainstream*. Nelson (2008) entende que quanto mais esforços são feitos pela Economia Feminista no sentido de criar e promover práticas econômicas mais aprimoradas, novos *insights* surgem para as Ciências Econômicas em geral, mesmo se o tópico estudado não tem relação direta com questões de gênero. Ou seja, não somente de estudos de gênero vive a Economia Feminista.

Nesses estudos, uma questão é recorrente: o trabalho feminino. Seja aquele realizado no mercado, seja o feito dentro do ambiente doméstico, essa questão possui várias nuances que são abordadas nos mais diversos estudos da Economia Feminista. Nelson (2008) aponta no tópico “Trabalho, casa e cuidado” que, em relação às atividades produtivas das mulheres no mercado, as divergências no campo da Economia Feminista se referem aos métodos utilizados: algumas pesquisadoras utilizam as ferramentas da economia tradicional (*mainstream*) para explicar as diferenças existentes entre ocupações e salários quando se compara homens e mulheres; já outras acreditam que estas ferramentas não conseguem nenhum feito se não forem analisadas em conjunto com as estruturas sociais, políticas e institucionais de gênero e mercado e trabalho (*idem*).

Outro ponto que enfrenta bastante divergência dentro da Economia Feminista é a necessidade (ou não) de valoração do trabalho doméstico. Este trabalho, que é não remunerado, deveria ou não ser valorado? Ou seja, deveria a Economia Feminista atribuir valor monetário para o trabalho realizado dentro do ambiente doméstico? Este valor deveria compor o Produto Interno Bruto (PIB)? Essa valoração é suficiente para que essa atividade saia da condição de invisibilidade no qual se encontra?

Assim, a autora mostra que vários estudos foram feitos no sentido de atribuir valores (em dólar)² para o trabalho não-pago realizado por mulheres no ambiente familiar. Mas esses estudos sempre sofrem críticas, seja porque os salários utilizados como base para comparação são artificialmente mantidos baixos por causa da discriminação que a atividade sofre, seja porque essa atribuição somente desviaria a atenção da real situação das mulheres no que diz respeito ao acesso a dinheiro e poder (NELSON, 2008).

Outro ponto que passa a ser investigado pela Economia Feminista é a distribuição intrafamiliar do trabalho enviesada pelo sexo e o processo de tomada de decisões das famílias. O bem-estar familiar passou a ser estudado fora dos modelos da Teoria da Escolha e as questões legais, sociais e psicológicas relacionadas à tomada de decisão passaram a ser examinadas. Nelson (2008, p. 4) dá especial destaque para o chamado “trabalho do cuidado” (enfermagem, cuidados de idosos, crianças e pessoas com deficiência), realizado primordialmente por mulheres, seja ele pago ou não-pago: “o trabalho do cuidado apresenta um desafio para a economia *mainstream*, já que a imagem tradicional do ‘homem econômico’ é de um indivíduo autônomo, egoísta, que nem necessita de cuidados nem possui nenhuma inclinação a cuidar”.

² Pesquisa semelhante foi realizada no Brasil, utilizando reais e não dólares, por Melo e Castilho (2009).

Outra importante crítica da Economia Feminista às Ciências Econômicas *mainstream* apresentada pela autora é ao pressuposto de que os agentes econômicos são trabalhadores livres, sem responsabilidades fora do mercado de trabalho (filhos pequenos ou parentes que precisem de cuidados, por exemplo) e em plena juventude, o que não engloba, principalmente, as mulheres mais velhas.

Dentro da análise macroeconômica pela Economia Feminista, outros pontos além da inclusão do trabalho doméstico no PIB são estudados. Nelson (2008) apresenta algumas autoras que buscam pesquisar questões de “Desenvolvimento, Macroeconomia e Orçamentos Nacionais”, outro tópico abordado no seu verbete. Nesse sentido, essas pesquisadoras buscam: analisar o impacto dos orçamentos governamentais na igualdade de gênero; promover novas noções de desenvolvimento que sejam baseadas em bem-estar e crescimento das capacidades humanas; e, principalmente, compreender e alertar para os efeitos nefastos que programas de austeridade macroeconômica tem nas mulheres, já que a sociedade geralmente espera “que as mulheres assumam, sem pagamento, o trabalho de prover serviços não mais providos pelos governos” (*idem*).

Nelson (2008) afirma que esses estudos sobre a Economia Feminista levaram as pesquisadoras a olhar a condição das mulheres dentro das próprias Ciências Econômicas e do seu ensino na academia. O resultado é que além dos problemas comumente enfrentados por mulheres em todos os setores de trabalho, a saber, assédio sexual, discriminação sexual e ambientes insalubres, as economistas ainda enfrentam a sub-representação nos *rankings* acadêmicos e recebem estabilidade na docência com menor frequência (frisa-se que nos Estados Unidos não existe a modalidade de concurso público com estabilidade, como no Brasil).

Outro ponto importante deste tópico sobre “História, Filosofia e Ensino” diz respeito às discussões acerca das bases epistemológicas e metodológicas da Economia. Estas levaram à revisão do próprio conteúdo dos cursos acadêmicos de Ciências Econômicas, suas teorias e métodos, no sentido de se tornarem menos androcêntricos e mais adaptados para alcançar estudantes com experiências e estilos de aprendizados diversos (NELSON, 2008).

Nelson (2008) conclui seu verbete “Economia Feminista” tratando das questões de interseccionalidade, ao falar sobre trabalhos que analisam a interação de fatores como cor, classe, orientação sexual e questões de gênero, e como isso influencia a participação na Economia. Em adição à interseccionalidade, a Economia Feminista também passou a explorar os processos naturais invisibilizados e explorados a partir da Economia Ecológica, em detrimento do pensamento econômico tradicional.

Apesar dessa pequena referência à interseccionalidade, o verbete pouco fala sobre as correntes dentro da própria Economia Feminista. Exceto por algumas menções no corpo do texto, a impressão que se tem é que o campo é mais uniforme do que divergente. Em nenhum momento fica explícita as correntes reformistas e rupturistas da Economia Feminista, sendo a primeira a mais observada nos textos trabalhados pela autora na construção do verbete. A corrente rupturista, que entende que não há reforma que altere a essência da condição da mulher dentro do capitalismo, não é abordada nem em exemplos sobre a divergência entre autoras.

Nesse sentido, pode ser feita uma crítica no que diz respeito a alguns pensamentos e teorias importantes que o verbete deixa de apresentar. Por exemplo, o trabalho de Roswitha Scholz (1992), uma feminista marxista que explora com profundidade as questões de trabalho produtivo e reprodutivo, bem como as atribuições sociais de cada um desses trabalhos aos homens e mulheres, respectivamente. A Teoria da Dissociação-Valor, por ela desenvolvida, entende que “o valor é o homem”, que o trabalho produtivo (uma atribuição dos homens) é público e valorizado; e que o trabalho de reprodução da vida, realizado pelas mulheres, não é valorado ou visibilizado, sendo essa condição resultado do próprio capitalismo.

Ainda na crítica à questão da interseccionalidade no interior do próprio verbete, cabe destacar que das cinquenta e uma (51) referências utilizadas pela autora para o compor, não existe nenhum trabalho escrito em outra língua que não a inglesa e, mais importante, as autoras e autores destes trabalhos são primordialmente pesquisadores de universidades estadunidenses, o que faz com que o verbete possua um viés colonial, ou seja, orientado a partir da perspectiva de uma vivência (pessoal e acadêmica) de autores brancos e oriundos de países desenvolvidos, que detém o poder econômico mundial e que não são submetidos nem dependentes dentro da ordem econômica mundial. Claramente isso é efeito do próprio viés colonial, que dificulta às autoras enxergarem a existência de diferenças e inequidades dentro da própria Economia Feminista, da mesma forma que aos homens é difícil perceber o androcentrismo das Ciências Econômicas.

Uma forma simples de preencher essa lacuna seria a inclusão de trabalhos de María Lugones (1987, 1994, 2007), que trariam ao verbete a pauta da existência de um pensamento econômico decolonial, destacando a existência de uma análise do trabalho da mulher latino-americana e africana, que em nada se assemelham às construções de papéis sociais das mulheres brancas e oriundas de países desenvolvidos.

Enquanto verbete presente em um dicionário de Economia, a construção de Julie Anne Nelson sobre Economia Feminista satisfaz parcialmente, talvez pelo espaço reduzido para apresentar um campo tão extenso, apesar de marginalizado dentro das Ciências Econômicas. Pode também ser pela perspectiva colonial presente nos escritos da autora, derivados da sua própria vivência de mulher e economista. Entende-se que, apesar disso, a própria existência do verbete em um dicionário de Economia e a apresentação de tantos trabalhos, teorias e conceitos relevantes para o campo já se configura em importante conquista.

Não obstante, para um aprofundamento de quem quer conhecer mais sobre Economia Feminista se faz necessária a leitura do trabalho de Cristina Carrasco, “*La Economía Feminista: una apuesta por otra economía*” (2006), que mostra-se mais diverso e detalhado, seja pelo maior espaço, dado que é realizado através de um artigo científico com mais de vinte (20) páginas (em oposição às seis páginas do verbete); ou pela vivência de mulher economista latino-americana, mesmo que sem uma explícita perspectiva decolonial.

Referências

CARRASCO, C. *La Economía Feminista: una apuesta por otra economía*. 2006. Disponível em: <<http://obela.org/system/files/CarrascoC.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2020.

ELSON, D. (ed.). *Male bias in the development process*. Manchester: Manchester University Press, 1991.

FERBER, M.; NELSON, J. A. (ed.). *Beyond economic man: feminist theory and economics*. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

FERBER, M.; NELSON, J. (ed.). *Feminist economics today: beyond economic man*. Chicago: University of Chicago Press, 2003.

- FOLBRE, N. *The unproductive housewife: her evolution in nineteenth-century economic thought*. *Signs*, v. 16, p. 463-485, 1991. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/3174585>>. Acesso em: 25 fev. 2021.
- FOLBRE, N. *Who pays for the kids?* London: Routledge, 1994.
- HARTMANN, H. *Capitalism, patriarchy and job segregation by sex*. *Signs*, v. 1, n. 3, part 2, p. 137-169, 1976. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/3173001>>. Acesso em: 25 fev. 2021.
- LUGONES, M. *Playfulness, "World" - Travelling, and Loving Perception*. *Hypatia*, v. 2, n.2, p. 3-19, 1987. Disponível em: <<http://www.iheal.univparis3.fr/sites/www.iheal.univ-paris3.fr/files/playfulness.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2021.
- LUGONES, M. *Purity, Impurity, and Separation*. *Signs*, v.19, n.2, p. 458-479, 1994. Disponível em: <<http://www.iheal.univ-paris3.fr/sites/www.iheal.univparis3.fr/files/Lugones%20Purity%20Impurity.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2021.
- LUGONES, M. *Heterosexualism and the Colonial/Modern Gender System*. *Hypatia*, v. 22, n.1, p. 186-209, 2007. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4251730/mod_resource/content/0/heterosexualism%20and%20the%20colonial%20modern%20gender%20system%20maria%20lugones.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2021.
- MELO, H. P.; CASTILHO, M. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? *Revista de Economia Contemporânea*, v. 13, n.1, p. 135-158, jan./abr. 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rec/v13n1/06.pdf>>. Acesso em: 30 dez. 2020.
- NELSON, J. A. *Feminism and economics*. *Journal of Economic Perspectives*, v. 9, n. 2, p. 131-148, 1995. Disponível em: <<https://pubs.aeaweb.org/doi/pdfplus/10.1257/jep.9.2.131>>. Acesso em: 25 fev. 2021.
- NELSON, J. A. *Feminist Economics*. **In:** VERNENGO, M.; CALDENTEY, E. P.; ROSSER JR., B. J. (ed.). *The New Palgrave Dictionary of Economics*. London: Palgrave Macmillan, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/978-1-349-95121-5_2210-1>. Acesso em: 30 dez. 2020.
- NELSON, J. A. *Interpersonal relations and economics*. **In:** GUI, B.; SUGDEN, R. (ed.). *Economics and social interactions*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- SCHOLZ, R. O valor é o homem. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 45, p. 15-36, jul., 1992. Disponível em: <<http://www.obeco-online.org/rst1.htm>>. Acesso em: 30 dez. 2020.
- STRASSMANN, D. *Creating a forum for feminist inquiry*. *Feminist Economics*, v. 1, n. 1, p. 1-5, 1995. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/714042211>>. Acesso em: 25 fev. 2021.